COMISSÃO ESPECIAL SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (PL 2338/23)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Jadyel Alencar)

Requer inclusão de convidados em audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023 que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, inclusão de convidados em audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023 que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana.

- Lucas Sato, da organização Model Evaluation & Threat Research (METR), para contribuir sobre o tema: "Proteção de direitos fundamentais e novas tecnologias", com foco nas discussões sobre IA confiável e testes de segurança. Foi um dos avaliadores dos modelos de IA como o3 e o4mini da OpenAI e outras empresas do Vale do Silício.
- Renan Araújo, pesquisador brasileiro em governança de IA pelo Instituto de Política e Estratégia de IA (IAPS), que atua na Universidade de Oxford, para contribuir sobre o tema "Estrutura de governança de IA", com ênfase na proposta do Sistema Nacional de Inteligência Artificial (SIA). Coordenou a publicação desta pesquisa sobre Centros de Segurança de IA ao redor do mundo, os AI Safety Institutes.





- Edson Prestes, professor da Universidade Federal do Rio Grande do (UFRGS), para contribuir sobre o tema "Estrutura de governança de IA", com destaque para a análise da proposta do SIA. Atuou como consultor para Segurança de IA com a ONU, a UNESCO, a IEEE e os BRICS.

 Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, professora da Universidade de São Paulo
- Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, professora da Universidade de São Paulo (USP), para contribuir sobre o tema "Infraestrutura para IA, fomento e sandbox regulatório". Sua contribuição será voltada especialmente para a questão dos sandboxes. É coordenadora da equipe de Humanidade do CIAAM-USP que venceu o edital do Sandbox Regulatório da ANPD-PNUD. Membro do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia.
- João Paulo Candia Veiga, Professor da Universidade de São Paulo (USP), para contribuir sobre o tema integrando o debate sobre "Infraestrutura para IA, fomento e sandbox regulatório". Sua contribuição será voltada especialmente para a questão de sandboxes. É um dos mentores da equipe de Humanidades do CIAAM-USP, que venceu o edital do Sandbox Regulatório da ANPD-PNUD.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de aprofundar o debate técnico e plural sobre os impactos e desafios da inteligência artificial (IA) no Brasil, é fundamental garantir a escuta de especialistas com reconhecida trajetória em áreas estratégicas para a formulação de políticas públicas eficazes e socialmente responsáveis.

Entre os temas prioritários, destaca-se a proteção de direitos fundamentais diante do uso de novas tecnologias, especialmente no que se refere à construção de sistemas de IA confiáveis, seguros e alinhados a princípios éticos. A presença de representantes da sociedade civil e da academia com atuação consolidada nesse campo contribuirá com perspectivas essenciais sobre testes de segurança, mitigação de riscos e garantia de direitos.

Além disso, é de extrema relevância a participação de pesquisadores e especialistas em governança de IA, com foco na formulação e análise de propostas para um modelo nacional de regulação e coordenação, como o Sistema Nacional de Inteligência Artificial (SIA). A experiência acumulada por esses profissionais, tanto em instituições acadêmicas quanto em centros de pesquisa voltados à estratégia e políticas públicas, é fundamental para qualificar o debate sobre estruturas de governança, responsabilidades institucionais e diretrizes para a atuação do Estado.

A presença desses especialistas nas audiências públicas permitirá à Comissão incorporar subsídios técnicos e éticos fundamentais para a construção de um marco legal robusto, democrático e alinhado aos interesses da sociedade brasileira





Sala das Comissões, 16 de junho de 2025.

Deputado JADYEL ALENCAR

Republicanos/PI



